



RELATÓRIO DE DESEMPENHO DO PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL 2022





TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO

PRESIDENTE

Desembargador Paulo Sérgio Velten Pereira

1º VICE-PRESIDENTE

Desembargador Ricardo Tadeu Bugarin Duailibe

2º VICE-PRESIDENTE

Desembargador Marcelino Chaves Everton

CORREGEDOR-GERAL

Desembargador José de Ribamar Froz Sobrinho

PRESIDENTE DA COMISSÃO GESTORA DO PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL

Desembargador Jorge Rachid Mubárack Maluf

NÚCLEO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

Hayla Vanessa Araújo Castelo Branco

Jaciara Pinto Silva

Roseline Costa de Araújo

Talitha Pamella de Carvalho Magalhães

Pedro Batista Costa Neto

Corregedoria Geral da Justiça (CGJ)

Assessoria de Comunicação da CGJ (ACC)
Coordenadoria de Administração da CGJ (CAC)
Coordenadoria de Finanças e Pessoal da CGJ (CFPCGJ)
Divisão de Transporte da CGJ (DTC)
Diretoria da Secretaria da CGJ (DSCGJ)
Divisão de Gestão e Controle Documental da CGJ (DGCD)

Escola Superior da Magistratura do Estado do Maranhão (ESMAM)

Secretaria-Geral da Escola Superior da Magistratura (SG-ESMAM)

Diretoria do Fórum do Termo Judiciário de São Luís (Fórum Des. Sarney Costa (DFRSL))

Coordenação Administrativa do Fórum de São Luís (CAF)
Divisão de Arquivo do Fórum Des. Sarney Costa (AGC)
Divisão Médica e Odontológica do Fórum São Luís (DMEOGFRSL)
Divisão de Serviços Gerais do Fórum de São Luís (DSGFRSL)
Divisão do Laboratório de Biologia Molecular do Fórum de São Luís (DLRBMFRSL)
Depositário Público do Fórum de São Luís (DPBFRSL)

Diretoria do Fórum do Termo Judiciário de Raposa (FRDIMÁR)

Diretoria do Fórum do Termo Judiciário de Paço do Lumiar (DFCPL)

Diretoria do Fórum do Termo Judiciário de São José de Ribamar (DFSJR)

Diretoria do Fórum da Comarca de Imperatriz (DFRCI)

Diretoria Administrativa (DA)

Coordenadoria de Apoio Administrativo (CAA)
Coordenadoria de Licitação e Contratos (CLCONT)
Coordenadoria de Material e Patrimônio (CMEP)
Divisão de Administração de Material (DAM)
Divisão de Administração Patrimonial (DAP)
Divisão de Transportes (DIVTRANS)

Diretoria de Engenharia (DENG)

Coordenadoria de Engenharia, Obras e Serviços (CEOES)
Diretoria Financeira (DFIN)
Divisão de Análise e Faturas (DAF)

Diretoria Geral (DG)

Diretoria de Informática e Automação (DIA)

Coordenadoria de Manutenção de Equipamentos (CME)
Coordenadoria de Infraestrutura e Telecomunicações (COEMEAR)
Divisão de Serviços de TI (DSETI)

Diretoria Judiciária – DJUR

Diretoria de Recursos Humanos (DRH)

Coordenadoria de Serviços Médico, Odontológico e Psicossocial (CSMOP)

Divisão Médica (DM)

Divisão Odontológica (DO)

Divisão Psicossocial (DP)

Diretoria de Segurança Institucional e Gabinete Militar (DSI)

Coordenadoria de Segurança Institucional (CSINST)

Divisão de Proteção ao Magistrado (DIVSEGUR)

Assessoria de Comunicação da Presidência (ASCOM)

Assessoria de Gestão Estratégica e Modernização (AGEM)

Divisão de Acompanhamento de Dados Estatísticos (DADE)

Comitê de Diversidade (COMDIV)

Coordenadoria de Arquivo e Gestão Documental (CAG)

Coordenadoria Especial da Infância e Juventude (CCM)

Casa da Criança (CCMJ)

Coordenadoria Estadual da Mulher em

Situação de Violência Doméstica e Familiar (CEMÚLHER)

Casa Abrigo (CA)

Coordenadoria da Infância e Juventude (CIJ)

Coordenadoria de Monitoramento, Acompanhamento, Aperfeiçoamento e Fiscalização do Sistema Carcerário do Maranhão (UMF)

Laboratório de Inovação do Tribunal de Justiça do Maranhão (Toada Lab - TJMA)

Núcleo Permanente de Acessibilidade e Inclusão da Pessoa com Deficiência (NPAIPCD)

ANÁLISE DE DADOS ESTATÍSTICOS

Paulo Dominice de Moraes Filho (DADE)

PROJETO GRÁFICO

Carlos Eduardo Sales (ASCOM)

Ismin Diniz Soares (ASCOM)

SUMÁRIO

PALAVRA DO PRESIDENTE DO TJMA	7
APRESENTAÇÃO	9
EVOLUÇÃO DO DESEMPENHO DOS INDICADORES DO PLS-PJMA 2021-2026	10
PAPEL	11
IMPRESSÃO	15
Impressoras <i>Per Capita</i>	16
Serviços de <i>Outsourcing</i>	18
TELEFONIA	21
Telefonia Móvel	22
Telefonia fixa	25
ENERGIA ELÉTRICA.....	28
ÁGUA E ESGOTO.....	32
GESTÃO DE RESÍDUOS.....	36
Resíduos: Papel, Plástico, Metal e Vidro	37
Resíduos de Saúde.....	40
REFORMAS E CONSTRUÇÕES	43
VIGILÂNCIA.....	47
VEÍCULOS.....	50
COMBUSTÍVEL	53
QUALIDADE DE VIDA	57
CAPACITAÇÃO EM SUSTENTABILIDADE	62
Ações de Capacitação em Sustentabilidade	63
Ações de Sensibilização em Sustentabilidade	66
AQUISIÇÕES E CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS.....	70
APOIO AO SERVIÇO ADMINISTRATIVO.....	74
EQUIDADE E DIVERSIDADE	78
Ações Solidárias	79
MENSAGEM FINAL	82

PALAVRA DO PRESIDENTE DO TJMA

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) tem a honra de apresentar o **Relatório de Desempenho do Plano de Logística Sustentável (PLS)**, um importante instrumento de transparência e gestão que traz os resultados referentes aos indicadores de desempenho e às ações realizadas por esta Corte de Justiça.

Este Relatório reflete um ano marcado pela retomada das atividades em tempo integral, bem como o compromisso deste Poder Judiciário em adotar um modelo de gestão íntegro, transparente e inovador, assegurando a eficiência nas atividades jurisdicionais e administrativas, pautado na sustentabilidade, materializado em seu PLS-PJMA 2021-2026.

O PLS-PJMA-2021-2026 integra o Planejamento Estratégico, cumprindo especial função no que concerne à

governança, orientando os valores desta Instituição e estabelecendo ações que almejam a eficiência, a economicidade, o consumo consciente e a busca por resultados que atendam ao interesse público e à promoção do bem comum, contribuindo para o alcance de metas compartilhadas, como os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030.

A execução do PLS é um processo gradual, e não uma ação pontual. Portanto, é indispensável o acompanhamento e monitoramento permanentes dos indicadores, metas e ações. Por isso, trata-se de uma tarefa desafiadora, mas não impossível de ser realizada, visto que temos capital humano com competência e vontade para executá-la, pois são as pessoas as protagonistas do processo de mudança.

Em vista dessas considerações, dedico

PALAVRA DO PRESIDENTE DO TJMA

especiais agradecimentos ao corregedor-geral da Justiça, José de Ribamar Fróz Sobrinho, que abraçou entusiasticamente essa causa em sua gestão, ao presidente da Comissão Gestora do PLS, Des. Jorge Rachid Múbarack Maluf, incansável na tarefa de fomentar uma mudança de mentalidade no Judiciário maranhense, e ao diretor da Escola da Magistratura, José Jorge Figueiredo dos Anjos, que tem sido um parceiro na consecução deste propósito.

Agradeço também às/aos colegas desembargadoras e desembargadores, magistradas e magistrados, membros da Comissão Gestora do PLS, gestoras e gestores e a todo corpo funcional, que se aliaram a este esforço ao adotarem nas suas rotinas de trabalho práticas que fortalecem a sustentabilidade nesta

instituição.

Há, ainda, muitos desafios a serem superados, mas é importante termos consciência de que nossas práticas precisam ser continuamente repensadas.

O Poder Judiciário do Maranhão, dentro de seu âmbito de atuação, possui na sustentabilidade um princípio orientador e incentiva que cada indivíduo seja um agente transformador, pois chegamos a um ponto da História em que devemos moldar nossas atitudes com maior atenção para as consequências ambientais, sociais e econômicas, estabelecendo ações no presente olhando para o futuro.

PAULO SÉRGIO VELTEN PEREIRA
Presidente do TJMA

APRESENTAÇÃO

A política de sustentabilidade do Poder Judiciário, efetivada pela Resolução nº 4002021, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), estabelece o PLS como instrumento para auxiliar a tomada de decisões, oportunizando a compreensão da relação entre eficiência das atividades laborais e a necessidade de otimização dos gastos públicos, e também a premência da adoção de um modelo de gestão com processos estruturados que promovam a sustentabilidade com base em ações ambientalmente corretas, economicamente viáveis e socialmente justas e inclusivas, culturalmente diversas e pautadas na integridade, em busca de um desenvolvimento nacional sustentável.

Com esta perspectiva, por meio da Resolução-GP nº 372022, foi instituído o Plano de Logística Sustentável do Poder Judiciário, para o período de 2021-2026 (PLS-PJMA), uma construção coletiva da alta gestão e unidades gestoras das ações. As metas e resultados apurados do PLS-PJMA são monitorados pelo Núcleo de Gestão Socioambiental, com apoio da Divisão de Análise de Dados Estatísticos da Assessoria de Gestão Estratégica e Modernização, e avaliados pela Comissão Gestora do PLS,

para elaboração e publicação de relatório anual de desempenho, em atendimento ao disposto nos artigos 10 e 14 da Resolução nº 4002021, do CNJ.

Assim, o Poder do Judiciário do Estado do Maranhão apresenta o Relatório de Desempenho 2022, contendo a consolidação dos resultados alcançados; a evolução do desempenho dos indicadores e a análise deste e das ações constantes do plano de ações, conforme art. 16. da Resolução nº 4002021, do CNJ, atualizando o cenário da gestão socioambiental nesta Instituição.

Mais que uma prestação de contas, dentro do princípio da transparência que deve pautar as instituições públicas, é uma importante fonte para a tomada de decisões futuras, diante da responsabilidade do Judiciário em formular políticas que contribuam para a preservação do meio ambiente.

Os trabalhos realizados e os resultados alcançados até aqui trazem a certeza de que o Judiciário Maranhense está no caminho certo, agindo em benefício da humanidade por um modelo de mundo melhor. Cabe a cada integrante deste Poder exercer sua parcela de contribuição e fazer a diferença, também, nesse quesito.

EVOLUÇÃO DO DESEMPENHO DOS INDICADORES DO PLS-PJMA

2021-2026



PAPEL



PAPEL

CONSUMO DE PAPEL PRÓPRIO

INDICADOR E META DO PLS



INDICADOR

Consumo de papel em resmas



META

Reduzir para 2,5 resmas per capita o consumo de papel até 2026



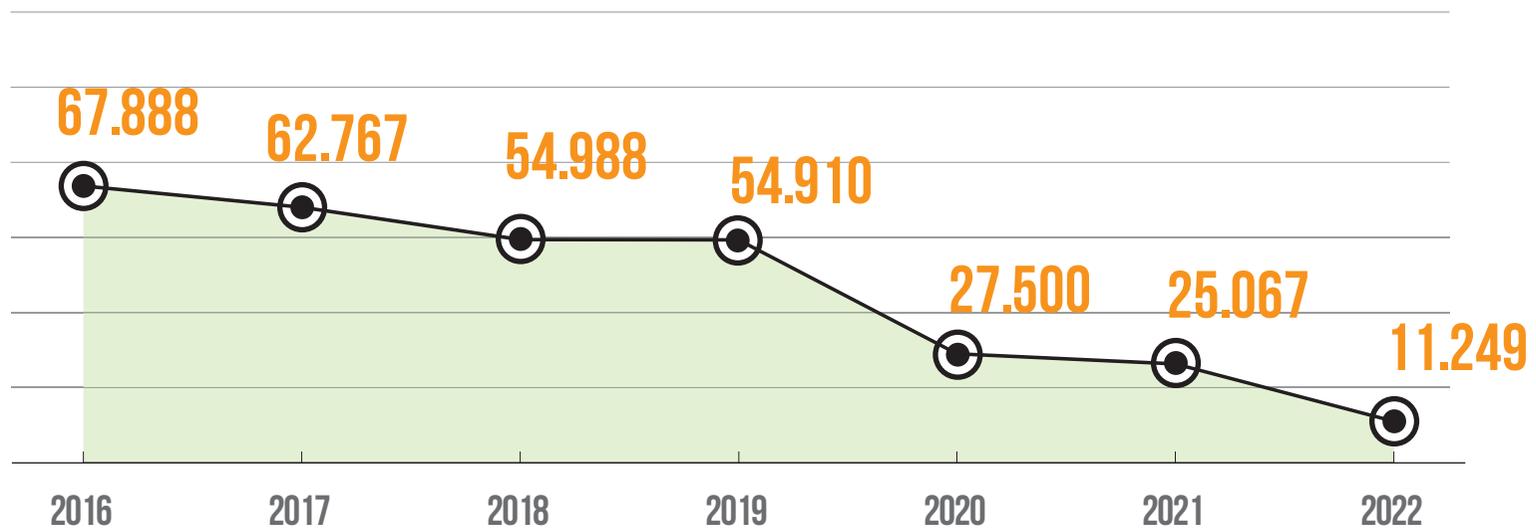
UNIDADE GESTORA

Divisão de Administração de Material

	2021	2022	2023	2024	2025	2026
METAS	3	2,9	2,8	2,7	2,6	2,5
RESULTADO ALCANÇADO	3,8	1,5				
FÓRMULA	CPP/FTT					

PAPEL

CONSUMO DE PAPEL PRÓPRIO



ANÁLISE DE DESEMPENHO

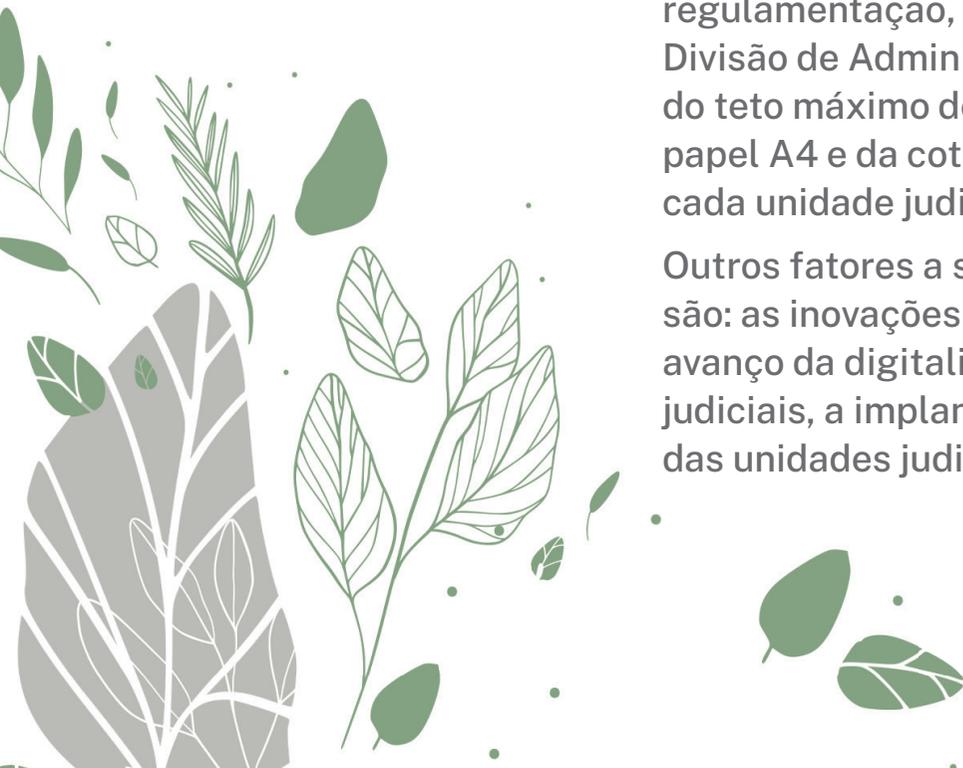
O consumo de papel A4 apresentou diminuição de 55% em relação ao ano anterior e redução 37,11% no que se refere ao teto de consumo previsto na Portaria-Conjunta nº 72022, superando a meta do indicador para todo o quinquênio.

Tal desempenho se deu em razão de vários fatores, como a regulamentação, para 2022, pela Divisão de Administração de Material, do teto máximo de aquisição anual de papel A4 e da cota de consumo para cada unidade judicial e administrativa.

Outros fatores a serem considerados são: as inovações tecnológicas, o avanço da digitalização dos processos judiciais, a implantação em 100% das unidades judiciais do Sistema

Processo Judicial Eletrônico (PJe), a automatização crescente no fluxo dos processos administrativos e a atuação da Corregedoria Geral da Justiça com regulamentações que impactam a redução do consumo do item.

Por fim, as ações de conscientização, como a “Campanha de Conscientização Consumo Consciente”, com produção de *wallpapers*, mensagem na criação de documentos desestimulando sua impressão, matérias jornalísticas e inserções em redes sociais oficiais, realizadas pela Ascom, além da redução da quantidade de impressoras, foram medidas que somadas convergiram para o sucesso neste indicador.



IMPRESSÃO



IMPRESSÃO PER CAPITA

INDICADOR E META DO PLS



INDICADOR

Quantidade de Impressoras Per Capita



META

Diminuir a relação QEI/FTT para 0,18 até 2026



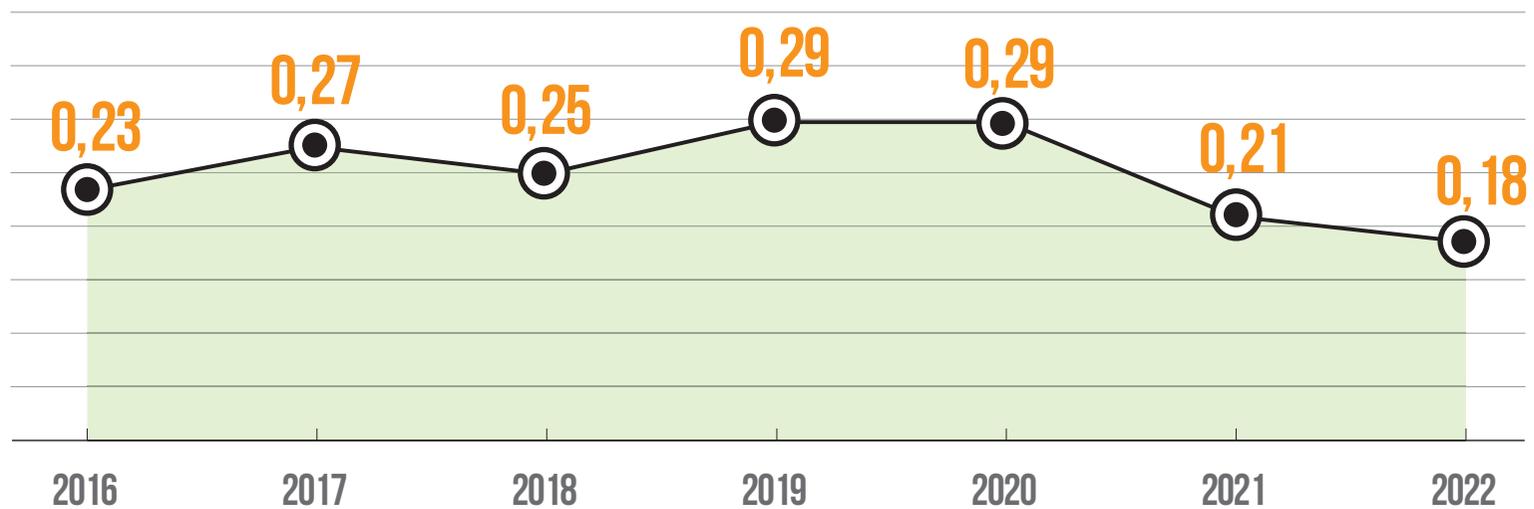
UNIDADE GESTORA

Coordenadoria de Manutenção e Equipamentos

	2021	2022	2023	2024	2025	2026
METAS	0,27	0,25	0,23	0,21	0,19	0,18
RESULTADO ALCANÇADO	0,21	0,18				
FÓRMULA	QEI/FTT					

IMPRESSÃO PER CAPITA

QUANTIDADE DE IMPRESSORAS PER CAPITA



IMPRESSÃO

SERVIÇOS DE OUTSOURCING

INDICADOR E META DO PLS



INDICADOR

Racionalização do gasto com contrato de serviço de outsourcing de impressão



META

Não exceder a franquia com serviços de outsourcing



UNIDADE GESTORA

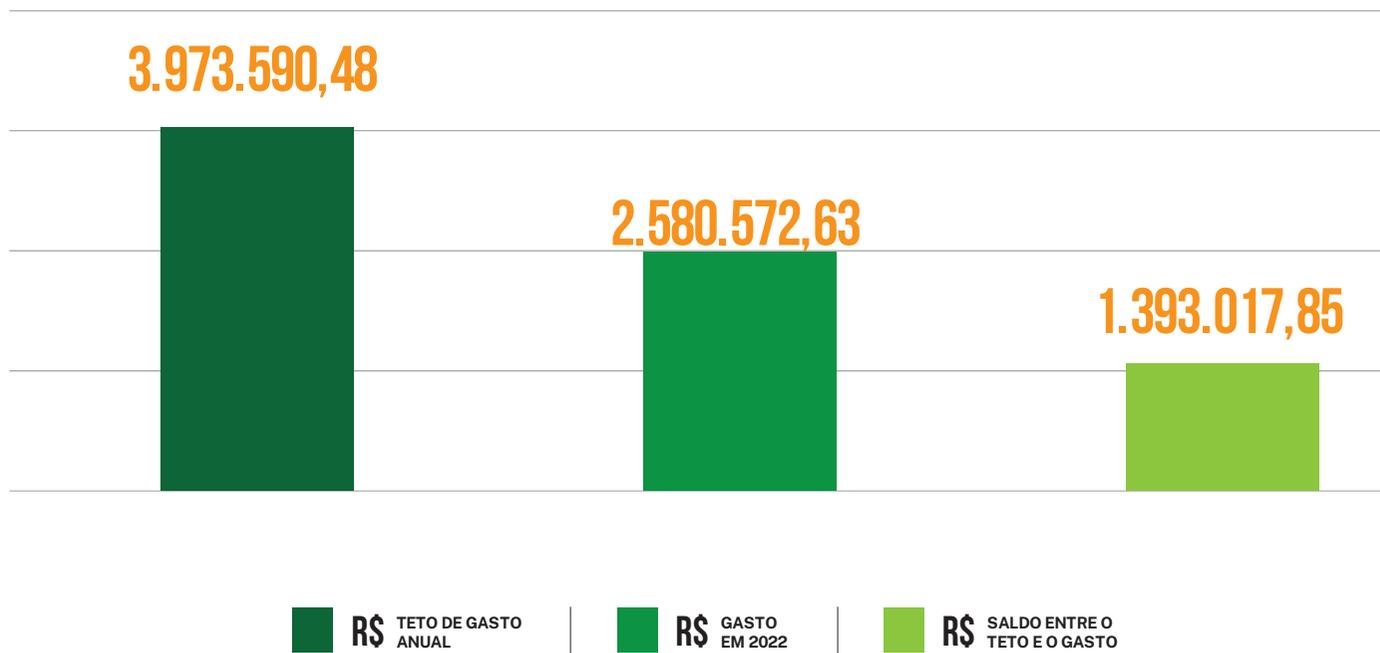
Coordenadoria de Manutenção e Equipamentos

	2021	2022	2023	2024	2025	2026
METAS	100%	100%	100%	100%	100%	100%
RESULTADO ALCANÇADO	SEM SÉRIE HISTÓRICA	100%				
FÓRMULA	Gasto anual com <i>outsourcing</i> /Franquia anual de <i>outsourcing</i>					

IMPRESSÃO

SERVIÇOS DE OUTSOURCING

CONTRATO DE TERCEIRIZAÇÃO DE IMPRESSÃO



ANÁLISE DE DESEMPENHO

No ano de 2022, manteve-se a tendência de queda no indicador quantidade de impressoras *per capita* superior à meta estabelecida. O valor foi resultado do segundo termo aditivo ao contrato de *outsourcing* que manteve a redução na quantidade de equipamentos.

No que se refere ao gasto com contrato de terceirização de impressão, este foi reduzido em **35%** em relação ao valor previsto para o ano corrente, o que se deveu à redução de 22,4% na quantidade de impressões em relação ao ano de 2021, assim como à implementação de inovações tecnológicas, ao avanço da digitalização dos processos, à utilização de PJe e às ações de sensibilização.

Em cumprimento ao PLS-PJMA-20212026, a Coordenadoria de Manutenção de Equipamentos, com vistas ao aperfeiçoamento do gasto público e à redução do consumo, iniciou processo para a contratação de novo serviço de impressão corporativa que preverá nova redução na quantidade de equipamentos e implementará novos métodos de gestão e de racionalização do uso de impressões, como por exemplo, a implementação de impressão retida (*pull print*), em que cada usuário terá que informar login e senha para imprimir, o que permitirá o controle de impressão por usuário.



TELEFONIA



TELEFONIA MÓVEL

INDICADOR E META DO PLS



INDICADOR

Índice de racionalização de gasto com telefonia móvel por linha



META

Reduzir o gasto por linha móvel para menos de R\$ 300,00 até 2026



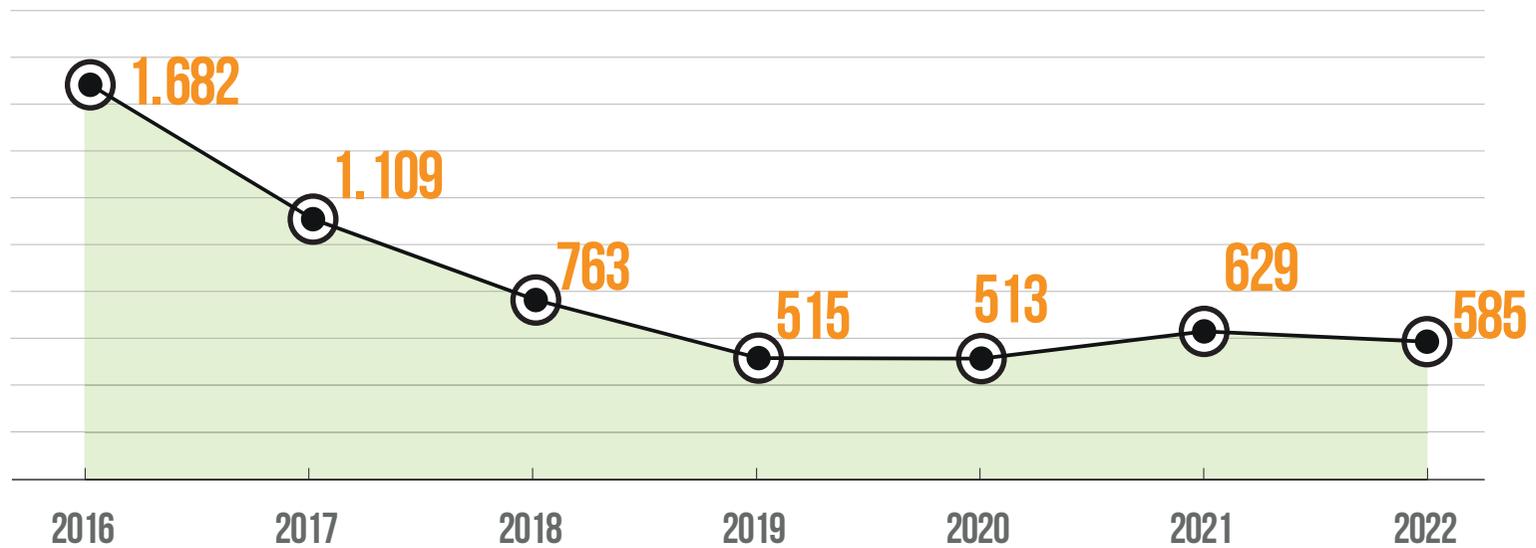
UNIDADE GESTORA

Diretoria Administrativa

	2021	2022	2023	2024	2025	2026
METAS	500	450	400	350	300	<=300
RESULTADO ALCANÇADO	629	585				
FÓRMULA	ramal - (1-(Gasto por Linha do ano atual/Gasto por Linha do ano anterior))*100)					

TELEFONIA MÓVEL

GASTO RELATIVO COM TELEFONIA MÓVEL



ANÁLISE DE DESEMPENHO

É possível identificar uma redução no valor do gasto anual por linha de telefonia móvel. Entretanto, a queda não foi suficiente para atingir a meta estabelecida em virtude do valor dos planos corporativos praticados no atual contrato.

Está em andamento, sob iniciativa da Diretoria Administrativa, novo processo licitatório com previsão de incremento tecnológico a fim de propiciar maior velocidade de conexão e maior franquia de dados, tendo em vista o maior uso pelas unidades em decorrência do atendimento à distância e cumprimento de atos judiciais, o que poderá acarretar aumento da despesa, sendo necessária revisão das metas desse indicador.



TELEFONIA

FIXA

INDICADOR E META DO PLS



INDICADOR

Índice de racionalização com telefonia fixa por linha



META

Manter o gasto por linha fixa em menos de R\$ 150 até 2026



UNIDADE GESTORA

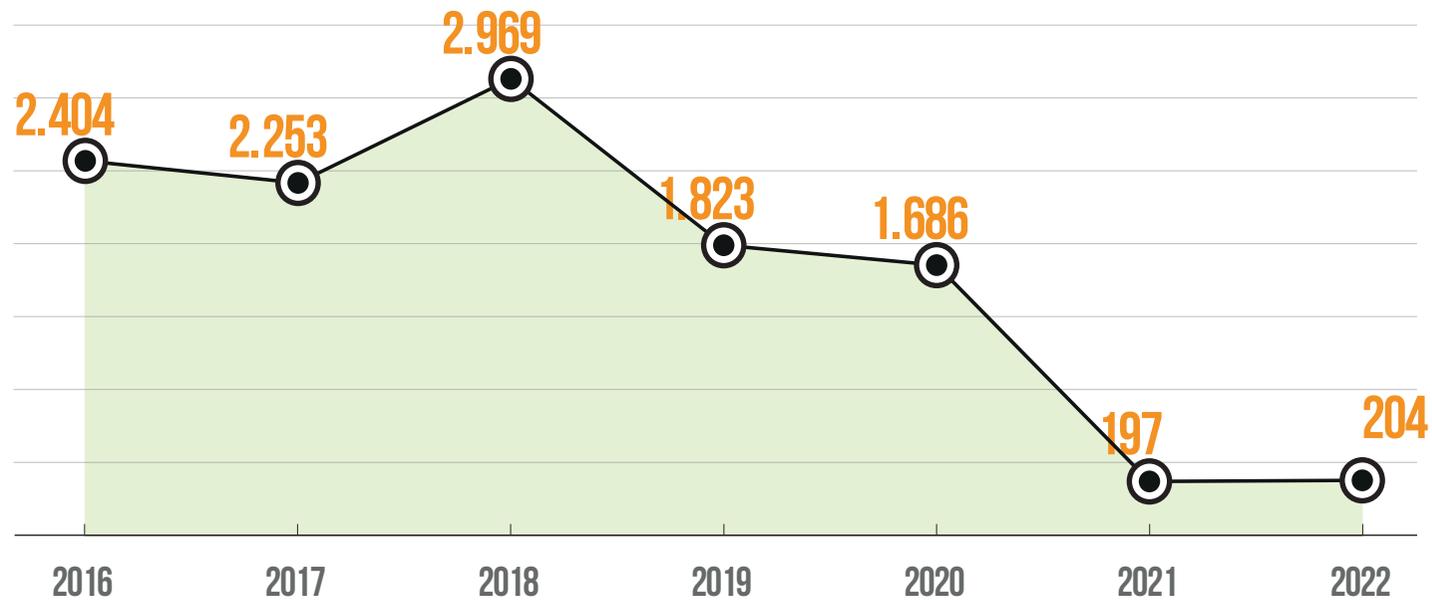
Coordenadoria de Infraestrutura e Telecomunicações e Divisão de Análise e Faturas

	2021	2022	2023	2024	2025	2026
METAS	<150	<150	<150	<150	<150	<150
RESULTADO ALCANÇADO	197	204				
FÓRMULA	(1-(Gasto por Linha do ano atual/Gasto por Linha do ano anterior))*100)					

TELEFONIA

FIXA

GASTO RELATIVO COM TELEFONIA FIXA



ANÁLISE DE DESEMPENHO

É possível identificar que houve redução no valor do gasto com telefonia fixa em relação a 2021, no entanto não foi possível atingir a meta, especialmente em razão do retorno presencial no trabalho, na sua totalidade, bem como da ampliação do horário de funcionamento do judiciário este ano.

Em cumprimento ao plano de ação do PLS, já está em implantação, sob responsabilidade da Coordenadoria de

Infraestrutura e Telecomunicações, o serviço Voip, em substituição às linhas telefônicas convencionais para atender todo o Poder Judiciário do Maranhão, gerando modernização e melhor gerenciamento do serviço.

Atualmente, 19 (dezenove) unidades judiciais e administrativas utilizam o serviço Voip e até final do primeiro semestre o serviço estará implantado, gerando uma economia mensal de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais).



ENERGIA ELÉTRICA



ENERGIA ELÉTRICA

INDICADOR E META DO PLS



INDICADOR

Índice de racionalização do consumo de energia por m²



META

Reduzir o CEE para 25 kWh/m² até 2026



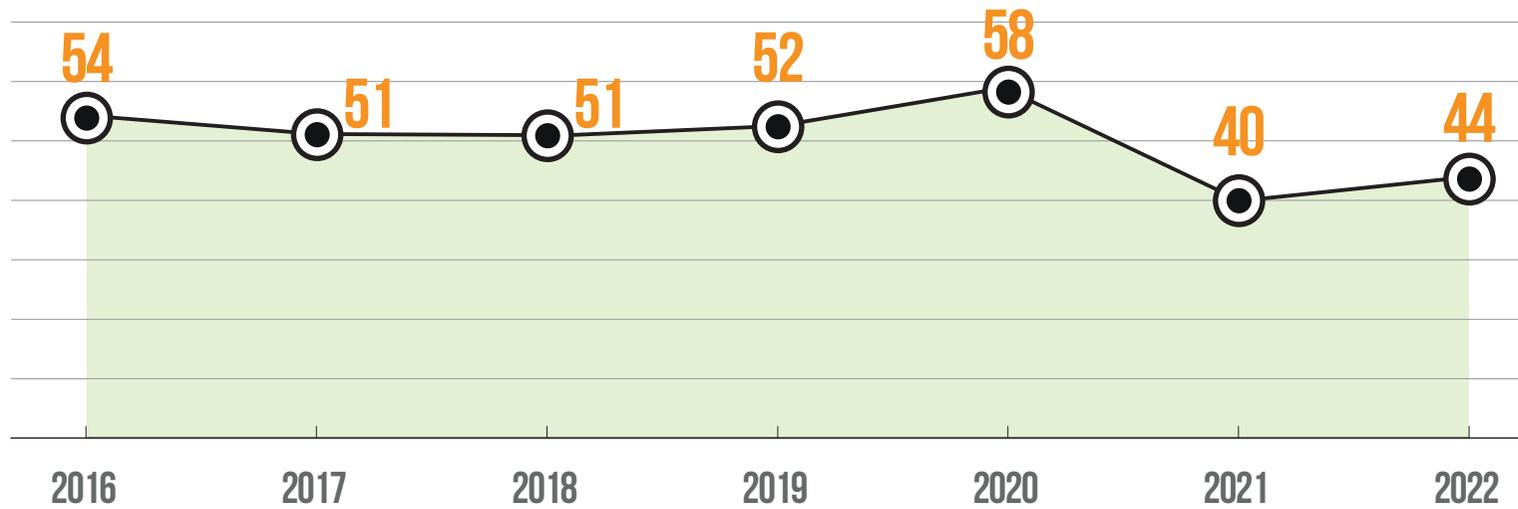
UNIDADE GESTORA

Diretoria de Engenharia e Divisão de Análise e Faturas

	2021	2022	2023	2024	2025	2026
METAS	30	29	28	27	26	25
RESULTADO ALCANÇADO	40	44				
FÓRMULA	CEE / m ² Total					

ENERGIA ELÉTRICA

CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA POR M2



ANÁLISE DE DESEMPENHO

Em relação a 2021, diversos fatores impactaram a variação do consumo e o gasto com energia elétrica, dentre os quais destacam-se: retorno ao trabalho presencial na sua totalidade, ampliação do horário de funcionamento do Poder Judiciário, inclusão de novas unidades jurisdicionais na fatura, ampliação da força de trabalho total, bem como aumento da tarifa, neste período, em torno de 2%.

Este cenário somente encontra paralelo em 2019, tendo em vista que 2020 e 2021 foram anos atípicos em decorrência da pandemia de Covid-19, com redução do trabalho presencial e mudança no horário de funcionamento do Poder Judiciário.

Em comparação àquele ano, 2022 apresentou redução de 12%, como resultado do aumento na conscientização do corpo funcional,

assim como de melhorias estruturais e no processo de gestão e controle de consumo e gasto.

Vale destacar que, em cumprimento ao Plano de Ação do PLS-PJMA, a Diretoria de Engenharia concluiu a 1ª etapa do Projeto de Eficiência Energética nas unidades de Paço do Lumiar, da Raposa, Rosário, Bacabal, Caxias e Fórum de São Luís, com 2.400 placas solares fotovoltaicas, potência de 1.320 kWh e capacidade de geração de 153.460 kWh, poupando a emissão de 250 toneladas de carbono por ano e com economia de R\$ 589.288,00 por ano, que entraram em funcionamento ao final de 2022.

Para o ano de 2023, está previsto o início da 2ª etapa do projeto - a construção da usina que gerará energia limpa e renovável para todo o Poder Judiciário do Maranhão.

ÁGUA E ESGOTO



ÁGUA E ESGOTO

INDICADOR E META DO PLS



INDICADOR

Índice de racionalização do consumo de água por m²



META

Reduzir o CRA para 0,14 m³/m² até 2026



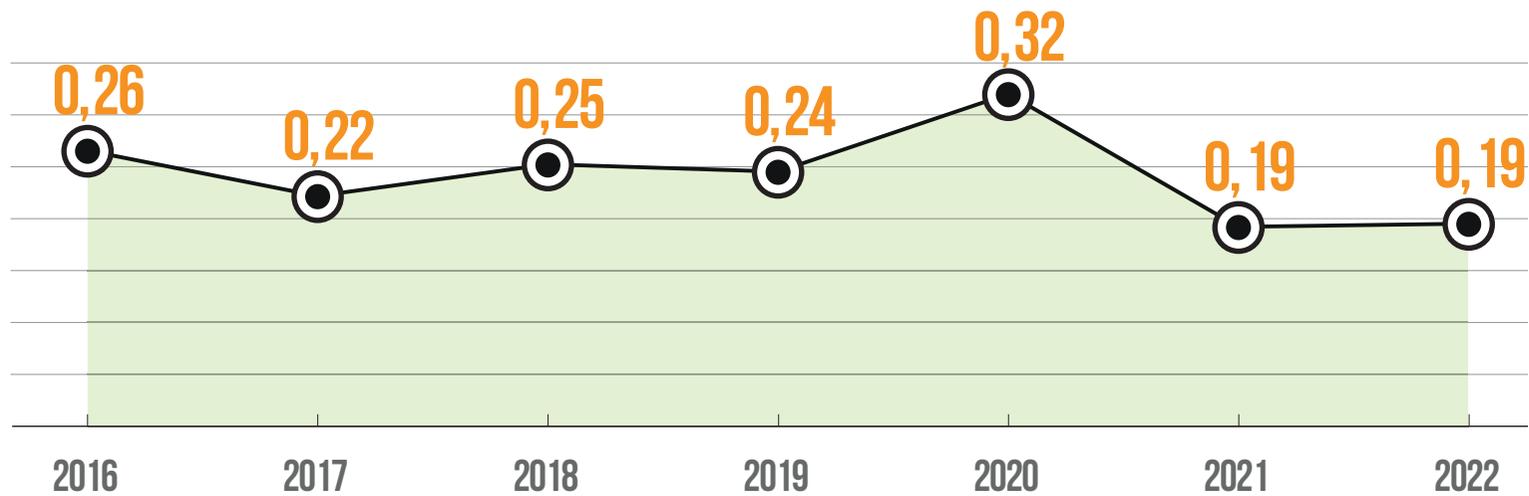
UNIDADE GESTORA

Diretoria de Engenharia e Divisão de Análise e Faturas

	2021	2022	2023	2024	2025	2026
METAS	0,19	0,18	0,17	0,16	0,15	0,14
RESULTADO ALCANÇADO	0,19	0,19				
FÓRMULA	CRA = CA/(m ² Total)					

ÁGUA E ESGOTO

CONSUMO DE ÁGUA (M³) POR METRO QUADRADO



ANÁLISE DE DESEMPENHO

Em 2022, o consumo relativo de água permaneceu no mesmo patamar do ano anterior, mesmo com o retorno ao trabalho presencial na sua totalidade, ampliação do horário de funcionamento do Poder Judiciário, inclusão de novas unidades jurisdicionais na fatura e ampliação da força de trabalho total.

Tendo em vista que 2020 e 2021 foram anos atípicos em decorrência da pandemia de Covid-19, com redução do trabalho presencial e mudança no

horário de funcionamento do Poder Judiciário, o cenário deste ano somente encontra paralelo ao de 2019, ou seja, anterior a pandemia.

Em comparação àquele ano, 2022 apresentou redução de 16%, como resultado do aumento na conscientização do corpo funcional, assim como de melhorias estruturais e no processo de gestão e controle de consumo e gasto.



GESTÃO DE RESÍDUOS



GESTÃO DE RESÍDUOS

PAPEL, PLÁSTICO,
METAL E VIDRO

INDICADOR E META DO PLS



INDICADOR

Índice de destinação de resíduos sólidos



META

Destinar, adequadamente, 100% dos resíduos sólidos



UNIDADE GESTORA

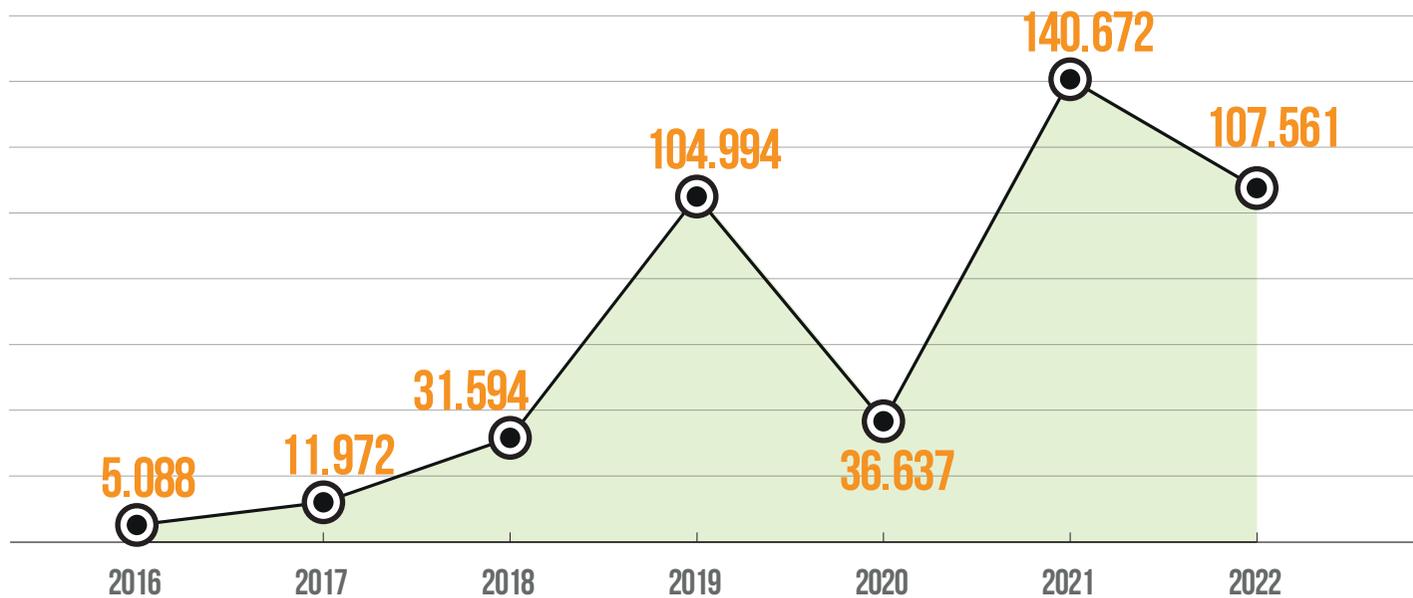
Núcleo de Gestão Socioambiental e Coordenadoria de Serviços Médicos, Odontológicos e Psicossocial

	2021	2022	2023	2024	2025	2026
METAS	100%	100%	100%	100%	100%	100%
RESULTADO ALCANÇADO	100%	100%				
FÓRMULA	Total de resíduos destinados adequadamente (kg)/Total de resíduos coletados (kg)*100 Total de resíduos = Σ de resíduos de papel (kg) + plástico (kg) + metais (kg) + vidros (kg) + resíduos de saúde+ Coleta Geral (kg)					

GESTÃO DE RESÍDUOS

PAPEL, PLÁSTICO, METAL E VIDRO

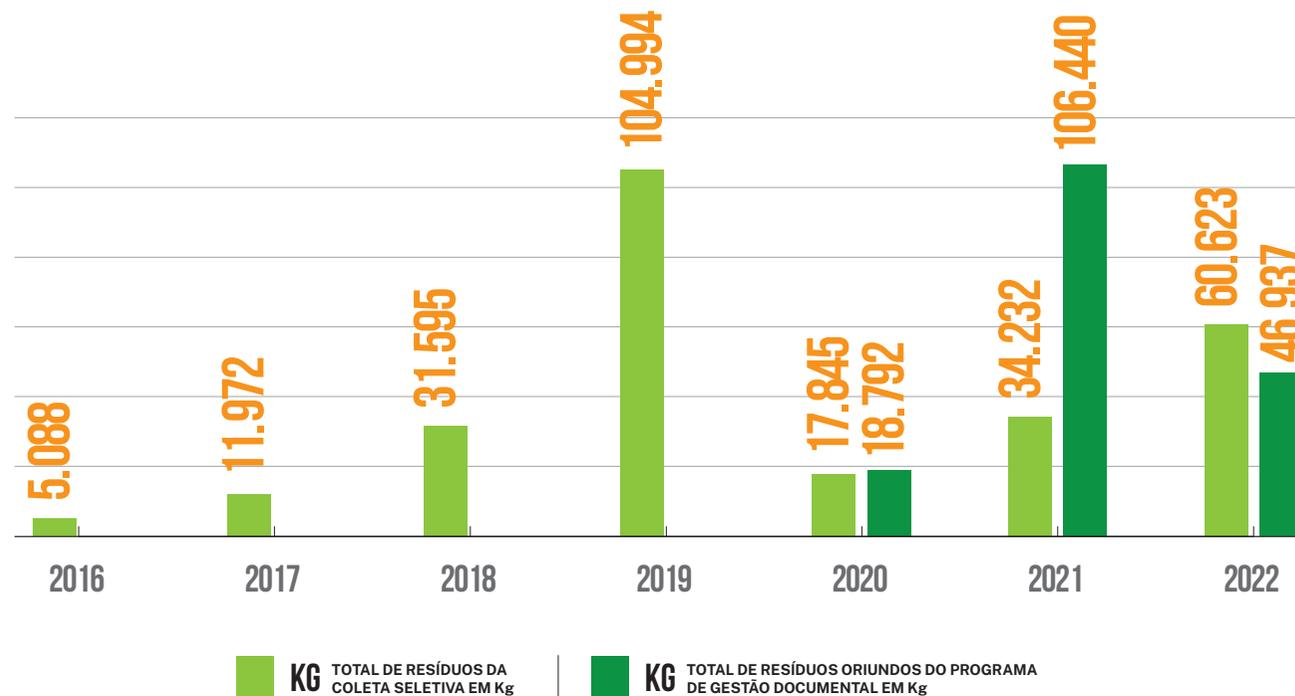
TOTAL DE RESÍDUOS: PAPEL, PLÁSTICO, METAL E VIDRO



GESTÃO DE RESÍDUOS

PAPEL, PLÁSTICO, METAL E VIDRO

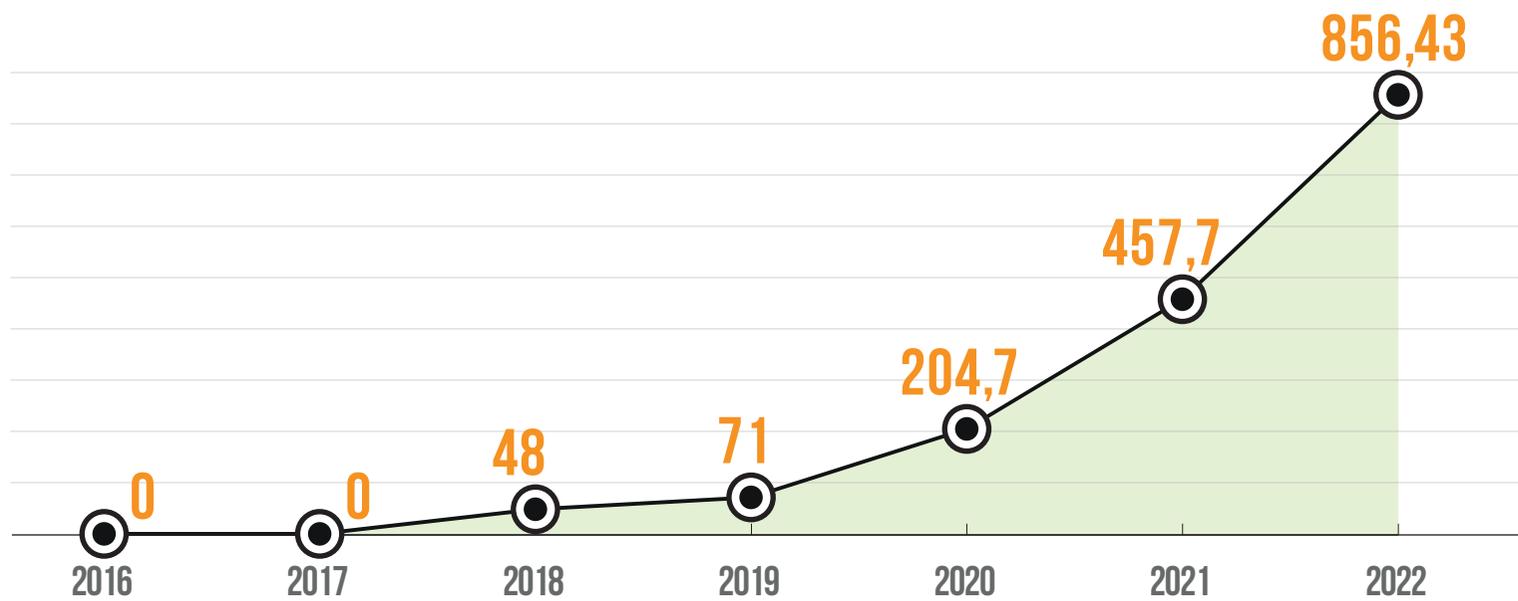
COMPARATIVO ENTRE OS RESÍDUOS DA COLETA SELETIVA E OS ORIUNDOS DO PROGRAMA DE GESTÃO DE DOCUMENTAL EM KG



GESTÃO DE RESÍDUOS

RESÍDUOS DE SAÚDE

DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS DE SAÚDE (KG)



ANÁLISE DE DESEMPENHO

Este indicador consiste na relação entre os dados de pesagem de resíduos com destinação ambientalmente correta e a quantidade da força de trabalho. Ressalta-se que este indicador não mensura a geração, mas a correta destinação dos resíduos. Assim, há que se fazer algumas observações para a caracterização e compreensão da realidade da gestão de resíduos neste Tribunal.

O Programa de Gestão Documental, em 2020, publicou 10 Editais com cerca de 64 mil processos. Desde então, somam-se 155 editais com mais de 570 mil processos descartados de forma ambientalmente correta.

Em 2022, em que pese o aumento na destinação de processos descartados (294.255 unidades), houve redução de aproximadamente 56% na pesagem de

papel destinado à reciclagem, quando comparado a 2021 (211.862 unidades). A provável causa dessa diminuição é que a maior quantidade de processos eliminados neste ano tenha sido de Juizados, que possuem rito simplificado e, portanto, são menos volumosos que os de rito comum.

Outro fator a se considerar é o **aumento de 77%** em 2022 (60.623,64 kg) em relação a 2021 (34.232 kg) na pesagem de recicláveis (papel, plástico, metal e vidro) quando excluem-se os valores referentes aos autos impressos. Isso não significa que houve aumento na geração de resíduos, mas uma melhor gestão no seu tratamento (manejo, segregação e destinação final adequada), na captação dos dados e maior conscientização por parte do corpo funcional.



ANÁLISE DE DESEMPENHO

Tal melhoria pode ser atribuída a uma série de ações, desenvolvidas pelo Núcleo de Gestão Socioambiental, juntamente à Corregedoria Geral da Justiça (CGJ), Comissão Permanente de Avaliação de Documentos (CPAD), Esmam e Ascom, no cumprimento do Plano de Ação do PLS-PJMA, como:

- **cursos de capacitação** para a força de trabalho terceirizada que realiza a limpeza dos prédios da instituição;
- **ações de sensibilização** relacionadas à importância da coleta seletiva como, por exemplo, a Campanha Consumo Consciente e o Dia da Reciclagem e;

- **aperfeiçoamento da Gestão de Resíduos:** implantação da coleta seletiva solidária em novas unidades, bem como ampliação nas já existentes.

Destaca-se o considerável aumento na destinação de resíduos de saúde, em virtude do reestabelecimento integral dos atendimentos médicos e odontológicos, assim como do aprimoramento do fluxo de informações e da qualidade dos dados junto aos setores geradores de resíduos e também junto à empresa contratada para coleta e tratamento dos resíduos infectantes.



REFORMAS E CONSTRUÇÕES



REFORMAS E CONSTRUÇÕES

INDICADOR E META DO PLS



INDICADOR

Inserção de critérios de sustentabilidade nos contratos de obras e serviços



META

Inserção de critérios de sustentabilidade em contratos novos



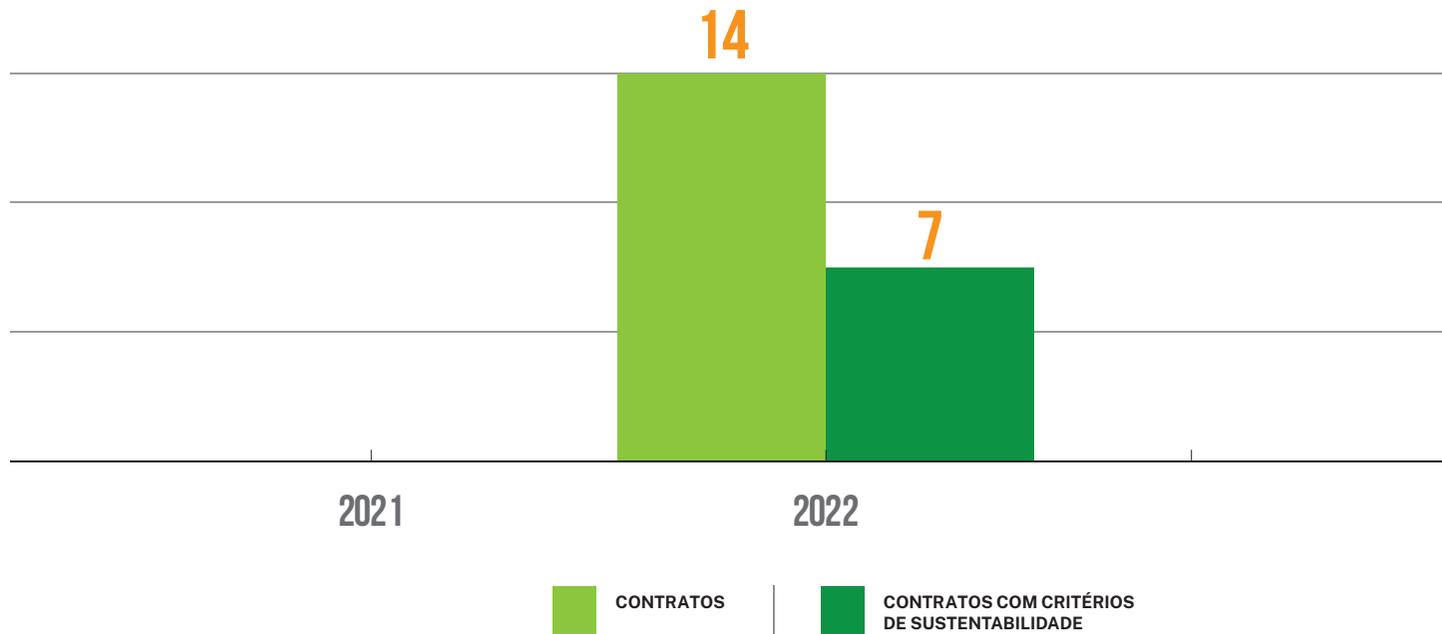
UNIDADE GESTORA

Diretoria de Engenharia

	2021	2022	2023	2024	2025	2026
METAS	-	100%	100%	100%	100%	100%
RESULTADO ALCANÇADO	SEM SÉRIE HISTÓRICA	50%				
FÓRMULA	(Total de contratos novos com critérios de sustentabilidade/Total de contratos novos)*100					

REFORMAS E CONSTRUÇÕES

CONTRATOS DE REFORMAS E CONSTRUÇÕES



ANÁLISE DE DESEMPENHO

Foram celebrados 7(sete) contratos com critérios de sustentabilidade, performando 50% do total, dentre os quais destacam-se a construção do salão do júri do Fórum da Comarca de Santa Luzia do Paruá, novo Fórum para a Comarca de Itinga; ampliação do Fórum da Comarca de Açailândia e revitalização da edificação existente, reforma do Laboratório de Inovação-ToadaLab e instalação de subestação elétrica aérea no anexo do Fórum da Comarca de São José de Ribamar.

Todos foram celebrados com exigências como gerenciamento dos resíduos sólidos, utilização de materiais e peças com critérios de segurança, durabilidade e eficiência, de modo a gerar menos resíduos; uso de lâmpadas em led; torneiras e vasos sanitários com menor consumo de água; substituição de madeira por estruturas metálicas para cobertura de prédios; utilização de sistema de esgoto eficiente e produção de móveis madeira com certificação

de reflorestamento e/ou reciclagem através de selos e/ou documentos.

No entanto, a meta estabelecida não pode ser alcançada em virtude dos outros contratos tratarem de objetos referentes a serviços de sondagem e levantamento topográfico nos terrenos destinados à construção de instalações do Poder Judiciário do Estado do Maranhão; aquisição de licenças de uso de *software* e elaboração de documentos técnicos de engenharia, incluindo projetos executivos de arquitetura e engenharia.

Para 2023, a Diretoria de Engenharia prosseguirá com revisão dos contratos existentes para inclusão de critérios de sustentabilidade, assim como sua inserção nos novos Termos de Referência de contratos de obras e reformas, tendo em vista o impacto da sua atividade no meio ambiente.



VIGILÂNCIA



VIGILÂNCIA

INDICADOR E META DO PLS



INDICADOR

Quantidade de unidades judiciais com o *software* de cadastro de visitantes disponibilizado



META

Implantar cadastro de visitantes por meio de *software* específico em 95% das unidades judiciais até 2026



UNIDADE GESTORA

Coordenadoria de Segurança Institucional

	2021	2022	2023	2024	2025	2026
METAS	20%	35%	50%	65%	80%	95%
RESULTADO ALCANÇADO	SEM SÉRIE HISTÓRICA	100%				
FÓRMULA	(Total de unidades judiciais com o <i>software</i> de cadastro de visitantes disponibilizado/ Total de unidades judiciais)*100					

ANÁLISE DE DESEMPENHO

A meta proposta foi cumprida na sua integralidade já no ano de 2022, sendo implantado o *software* de cadastro de visitantes nas 6 (seis) unidades prediais com serviço de recepção: Fórum de São Luís; Fórum de Imperatriz; Fórum de Caxias; Fórum de Timon; Centro Administrativo e Sede do TJMA.

Com a realização desta meta, uma nova está sendo idealizada para inclusão a partir da revisão do PLS-PJMA 2021-2026, que será realizada em 2023.



VEÍCULOS



VEÍCULOS

INDICADOR E META DO PLS



INDICADOR

Índice do número de usuários por veículo



META

Aumentar a quantidade de usuários por veículo por meio do compartilhamento de uso em relação ao ano anterior



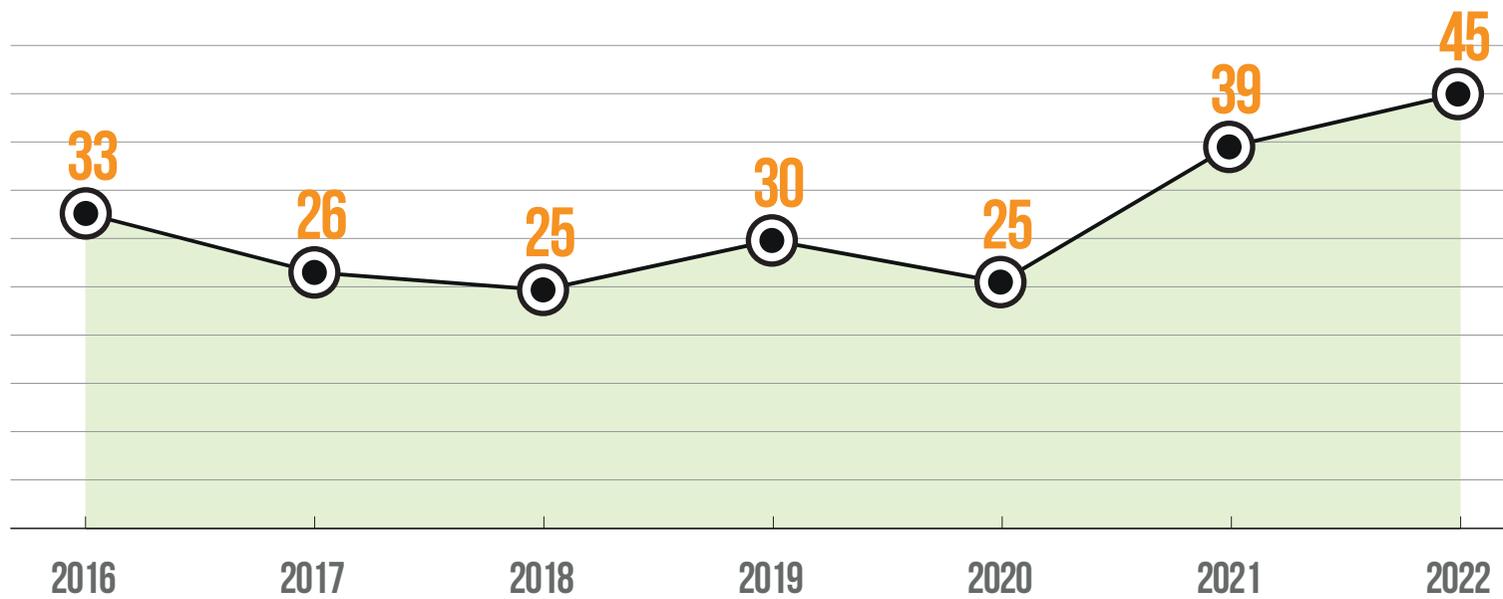
UNIDADE GESTORA

Divisão de Transporte

	2021	2022	2023	2024	2025	2026
METAS	29	33	37	41	45	49
RESULTADO ALCANÇADO	39	45				
FÓRMULA	FTT/QVE					

VEÍCULOS

QUANTIDADE DE USUÁRIOS POR VEÍCULOS



COMBUSTÍVEL



COMBUSTÍVEL

INDICADOR E META DO PLS



INDICADOR

Índice de racionalização de consumo de combustível



META

Alcançar 9 km/l o consumo de combustível da frota



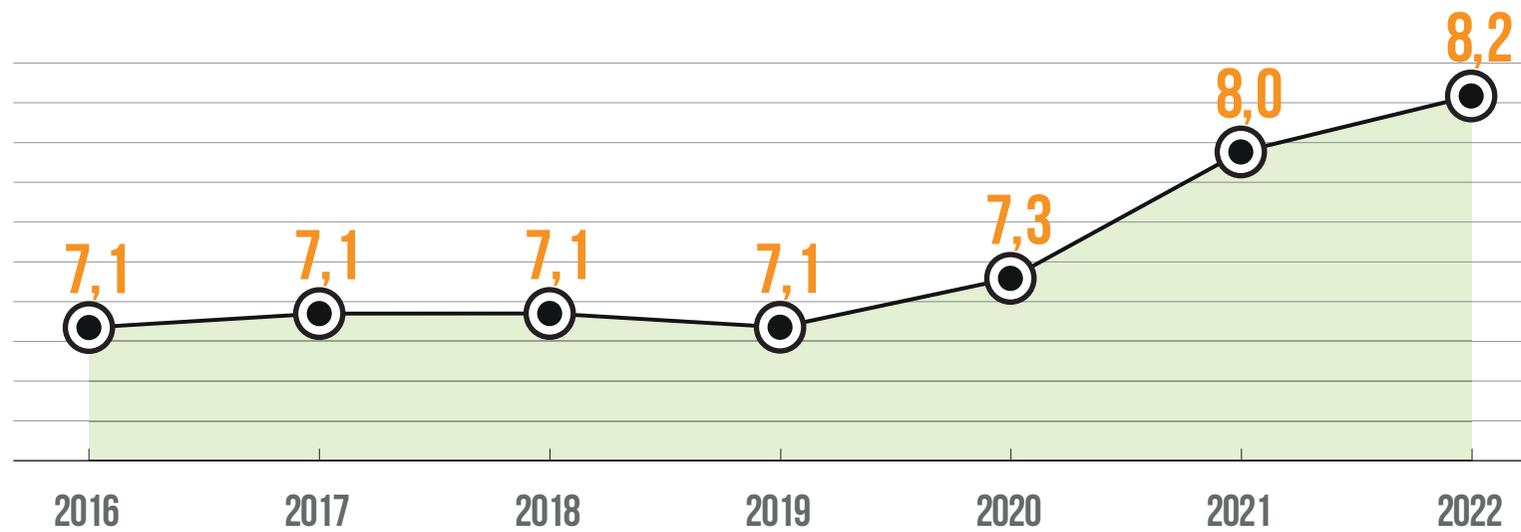
UNIDADE GESTORA

Divisão de Transporte

	2021	2022	2023	2024	2025	2026
METAS	8	8,2	8,4	8,6	8,8	9
RESULTADO ALCANÇADO	8	8,2				
FÓRMULA	$\Sigma \text{ Quantidade de Km rodados} / \text{ Quantidade de litros de combustível consumidos}$					

COMBUSTÍVEL

QUILOMETRAGEM/CONSUMO DE COMBUSTÍVEL



ANÁLISE DE DESEMPENHO

Em 2022, foi possível alcançar a meta estabelecida para a racionalização do consumo de combustível, mesmo com o retorno total das atividades presenciais, ampliação do horário de funcionamento do Poder Judiciário e atendimentos da demanda reprimida na capital e interior.

Mesmo com o aumento da demanda e da força de trabalho, manteve-se o número de veículos em relação a 2021, que teve seu uso otimizado, superando a meta proposta.

As ações adotadas que favoreceram o alcance das metas do PLS foram: a otimização de rotas de viagens, buscando-se sempre o menor percurso; a locação e aquisição de veículos mais econômicos favorecendo a diminuição no consumo de combustível; a conscientização dos motoristas

terceirizados e efetivos na forma de conduzir os veículos de maneira mais sustentável; a tentativa de parcerias com outros setores visando à criação de rotas inteligentes, no transporte de mercadorias e pessoas; a manutenção preventiva dos veículos oficiais e locados, ocasionando diretamente um melhor rendimento destes, e consequente, diminuição no consumo de combustível.

Para 2023 já está em tramitação o processo para implantação do “táxi gov”, que visa proporcionar maior economia, previsibilidade e controle do gasto público, visto que não será necessária manutenção de veículos nem contratação de motoristas, além de transparência, agilidade e eficiência.



QUALIDADE DE VIDA



QUALIDADE DE VIDA

INDICADOR E META DO PLS



INDICADOR

Índice de participações relativas nas ações de qualidade de vida



META

Aumentar para 16% as Participações Relativas em ações de qualidade de vida até 2026



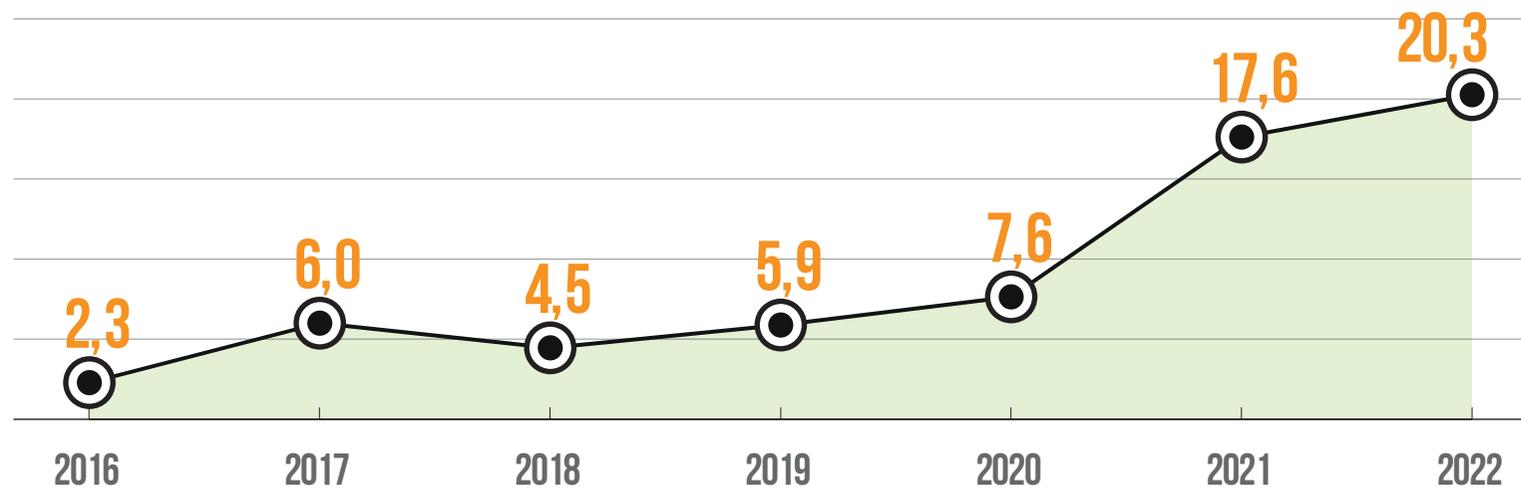
UNIDADE GESTORA

Diretoria de Recursos Humanos

	2021	2022	2023	2024	2025	2026
METAS	11%	12%	13%	14%	15%	16%
RESULTADO ALCANÇADO	17,6%	20,3%				
FÓRMULA	$PRQV = PQV / (FTT \times AQV) \times 100$					

QUALIDADE DE VIDA

PERCENTUAL DE PARTICIPANTES EM AÇÕES DE QUALIDADE DE VIDA



ANÁLISE DE DESEMPENHO

Em relação à qualidade de vida, percebe-se o incremento quantitativo e qualitativo nas ações implementadas em 2022 pela Coordenadoria de Serviço Médico, Odontológico e Psicossocial do Tribunal de Justiça e suas divisões, bem como pela Divisão Médica e Odontológica do Fórum de São Luís e pela Diretoria do Fórum de Imperatriz, como reflexo de um novo olhar das gestões do TJMA e CGJ para este tema.

Além do aumento no número de atividades e da intensificação da divulgação do Programa de Bem-Estar e Saúde, foi de grande importância, para maior aceitação e participação de magistradas, magistrados, servidoras, servidores,

colaboradoras e colaboradores, a interiorização dessas ações, por meio do Programa Justiça de Proximidade, que já visitou as Comarcas de Mirador, Paraibano, Passagem Franca, Santa Helena, Turiaçu, Pinheiro, Bequimão, Anajatuba, Itapecuru-Mirim, Vargem Grande, Chapadinha, Urbano Santos e Buriti.

Dentre as atividades previstas para o indicador no Plano de Ação do PLS, destacam-se a Ação de Qualidade de Vida, com apoio de parceiros como SEGEP e Secretaria Estadual de Saúde; o Programa Saúde no Judiciário, em que se destaca o enfrentamento ao Coronavírus, com testagens, vacinação e atendimento por telemedicina; o Programa Dicas



ANÁLISE DE DESEMPENHO

de Saúde Bucal; a Avaliação Anual de Saúde e a busca ativa de doenças, com diagnóstico das maiores causas de afastamento para direcionamento de ações de saúde; e, por fim, a realização de campanhas de conscientização com temas como janeiro branco, câncer de mama e de próstata, saúde mental e setembro amarelo.

Esses projetos complementaram as ações regulares de atendimento médico, de enfermagem e psicossociais, com oferta de atividades de fisioterapia; orientação nutricional; rodas de conversa e palestras; ginástica laboral e terapias

complementares como ioga e auriculoterapia, dentre outras.

Dada a relevância deste indicador, seu monitoramento é fundamental para a análise das ações executadas e para o planejamento de novas estratégias, a fim de ampliar as experiências positivas e direcionar ações, a exemplo do fortalecimento da assistência em saúde mental, visando ao bem-estar de magistradas, magistrados, servidoras, servidores, colaboradoras e colaboradores do Poder Judiciário do Maranhão.



CAPACITAÇÃO EM SUSTENTABILIDADE



AÇÕES DE CAPACITAÇÃO

INDICADOR E META DO PLS



INDICADOR

Índice de cumprimento das ações de capacitação em sustentabilidade



META

Realizar, no mínimo, 12 ações de capacitação



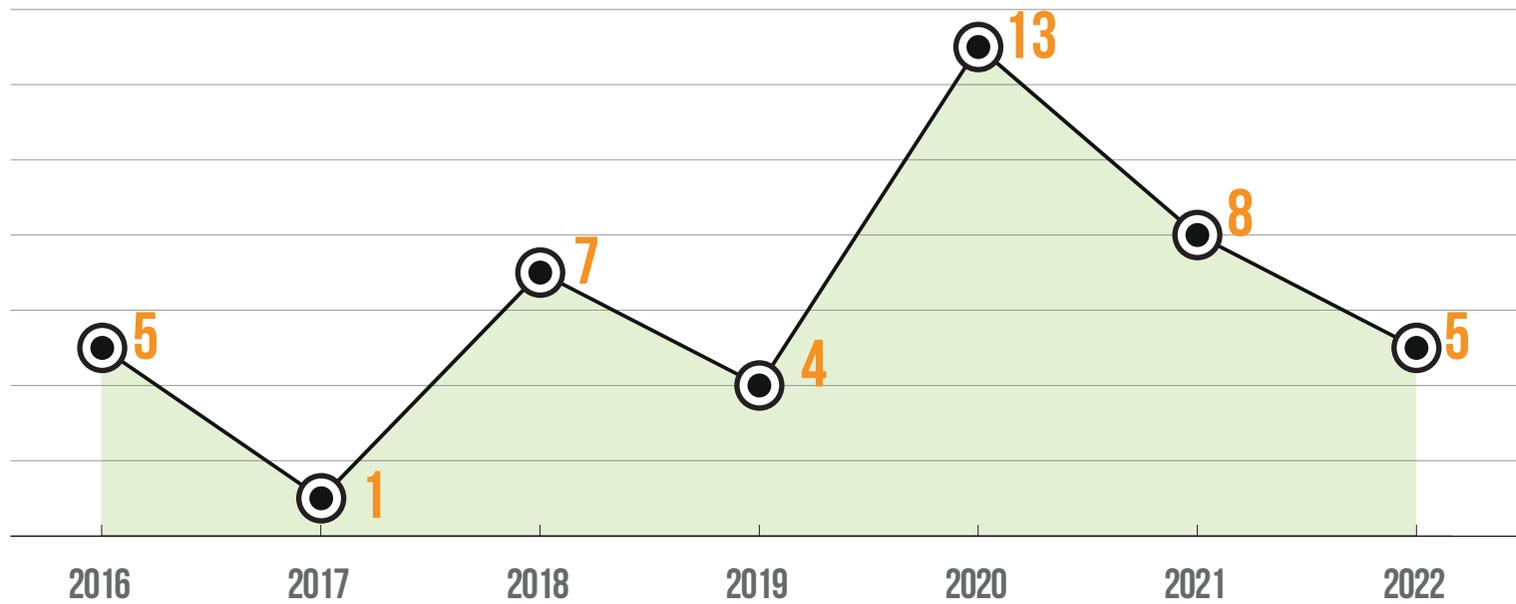
UNIDADE GESTORA

Escola Superior da Magistratura do Maranhão

	2021	2022	2023	2024	2025	2026
METAS	12	12	12	12	12	12
RESULTADO ALCANÇADO	8	5				
FÓRMULA	Resultado = quantidade de ações realizadas em número absoluto					

AÇÕES DE CAPACITAÇÃO

AÇÕES DE CAPACITAÇÃO EM SUSTENTABILIDADE



ANÁLISE DE DESEMPENHO

Foram realizadas 16 (dezesesseis) ações de capacitações em sustentabilidade, portanto atingindo a meta. Estas ações foram agrupadas em 5 (cinco) categorias, por se enquadrarem no critério de ações recorrentes, conforme descrito no Item 18 do Glossário da Resolução nº 4002021, do CNJ, tais como Curso de regularização fundiária e o curso Sustentabilidade no trabalho: “O que eu tenho a ver com isso?”.

Além destes, destacaram-se a 2ª Jornada da Sustentabilidade, Palestras como Ética Ambiental e cursos em Gestão Sustentável e ESG, Contratações Sustentáveis e Construções Sustentáveis.

A Esmam, em parceria com o Núcleo de Gestão Socioambiental, tem ofertado capacitações a fim de trazer à luz conceitos e práticas e gerar discussões necessárias na temática, buscando estratégias para alcançar cada vez mais magistradas(os) e servidoras(es) e colaboradoras(es) terceirizadas(os).

O cronograma de capacitações é pensado e executado para a disseminação de conhecimento associado à sustentabilidade e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030, visando à melhoria da qualidade de vida no ambiente de trabalho e a consolidação de uma cultura de sustentabilidade na Instituição.



AÇÕES DE SENSIBILIZAÇÃO

INDICADOR E META DO PLS



INDICADOR

Índice de cumprimento das ações de sensibilização em sustentabilidade



META

Realizar, no mínimo, 36 ações de sensibilização



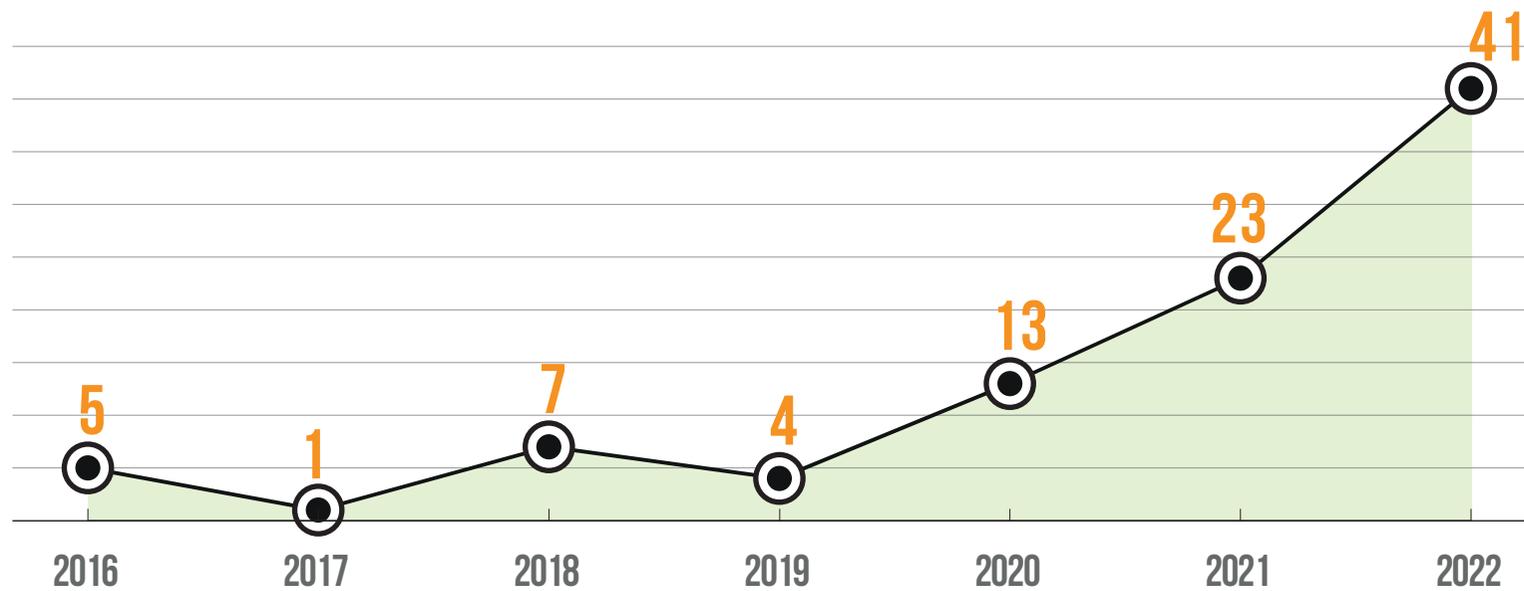
UNIDADE GESTORA

Assessoria de Comunicação da Presidência

	2021	2022	2023	2024	2025	2026
METAS	36	36	36	36	36	36
RESULTADO ALCANÇADO	23	41				
FÓRMULA	Resultado = quantidade de ações realizadas em número absoluto					

AÇÕES DE SENSIBILIZAÇÃO

AÇÕES DE SENSIBILIZAÇÃO EM SUSTENTABILIDADE



ANÁLISE DE DESEMPENHO

Em 2022, o Poder Judiciário superou a meta estabelecida, realizando 41 ações de sensibilização com o objetivo de divulgar informações e conhecimento visando incorporar valores de sustentabilidade na cultura institucional, construindo uma consciência de corresponsabilidade.

A exemplo da Campanha Consumo Consciente, TJMA sem Plástico, conscientização para datas de importância para sustentabilidade, etc., as ações foram compostas por diversos produtos de comunicação, dentre os quais, inserções (*posts*, artes e vídeos) nas redes sociais oficiais (*Instagram*, *Facebook* e *Youtube*); envio de materiais de divulgação por e-mail institucional; wallpapers e transmissões ao vivo de cursos de

capacitação idealizados pela Ascom/TJMA e com a parceria da Assessoria de Comunicação da Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão (Ascom/CGJMA) e do Núcleo de Comunicação da Escola Superior da Magistratura do Maranhão (Esmam).

Entre ações executadas, destaca-se a campanha permanente “Consumo Consciente”, que tem o objetivo de sensibilizar e conscientizar o corpo funcional do Judiciário maranhense sobre práticas ambientalmente corretas e combater o desperdício no âmbito institucional, com base nos indicadores definidos pela Resolução nº 4002021, do CNJ, a exemplo da coleta seletiva, racionalização no consumo de água, energia e papel, dentre outros.



ANÁLISE DE DESEMPENHO

Neste ano, foi incorporado às ações, de forma quinzenal, o uso de *wallpapers* nas telas iniciais dos computadores do Judiciário estadual em todas as comarcas do estado e a utilização da nota “*Antes de imprimir, pense em sua responsabilidade com o meio ambiente. #ConsumoConsciente*” nos documentos eletrônicos gerados no Sistema Digidoc.

Para 2023, a Ascom/TJMA, Ascom/CGJ e Ascom/Esmam continuarão atuando de maneira estratégica para atender o Planejamento Estratégico do Poder Judiciário do Maranhão 2021-2026 e o PLSPJMA 2021-2026, alinhada à Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas.



AQUISIÇÕES E CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS



AQUISIÇÕES E CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS

INDICADOR E META DO PLS



INDICADOR

Índice de aquisições e contratações com critérios de sustentabilidade



META

Aumentar para 33% o número de contratos com critérios de sustentabilidade até 2026



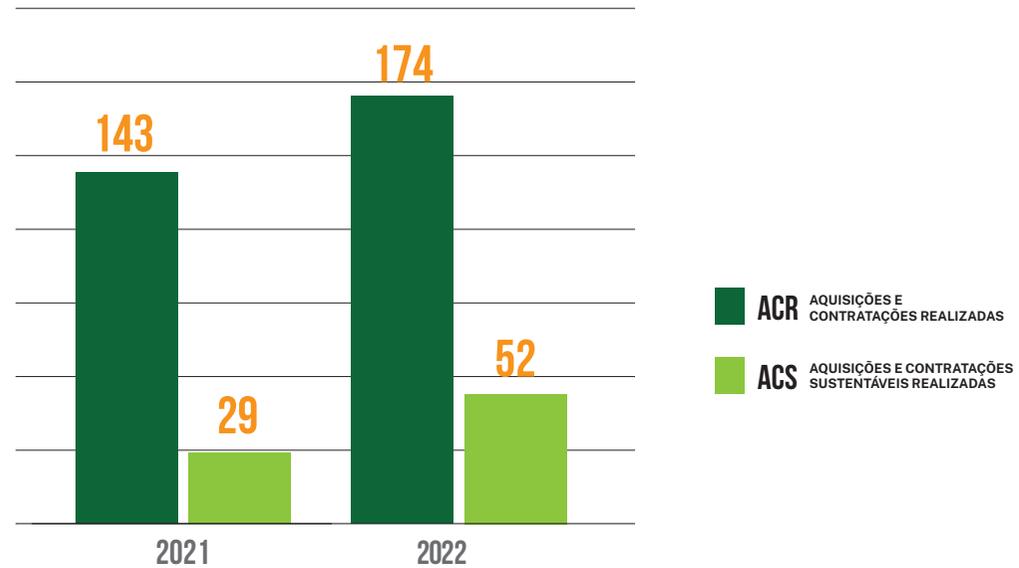
UNIDADE GESTORA

Coordenadoria de Licitação e de Contratos

	2021	2022	2023	2024	2025	2026
METAS	23%	25%	27%	29%	31%	33%
RESULTADO ALCANÇADO	20,3%	29,9%				
FÓRMULA	PCS = (ACS / ACR) x 100					

AQUISIÇÕES E CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS

AQUISIÇÕES E CONTRATAÇÕES



ANÁLISE DE DESEMPENHO

O resultado para o índice de aquisições e contratações com critérios de sustentabilidade alcançou o percentual de **29,9%**, ultrapassando a meta definida no PSL-PJMA para o ano de 2022, estabelecida em 25%.

Para o atingimento da meta, foi indispensável a realização das etapas previstas no Plano de Ação do PLS-PJMA-2021-2026, dentre as quais a edição da Resolução-GP nº 272022, na qual foi instituída a Política de Governança de Contratações do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão e a implantação do Plano Anual das Contratações (PAC).

A Coordenadoria de Licitação e Contratos impulsionou a inclusão do campo de preenchimento obrigatório

com informações sobre os critérios de sustentabilidade da contratação no Sistema *Licitatum*. Também foi encaminhado *checklist* padronizado para elaboração de Termos de Referência (TR), com *link* do Portal de Compras do Governo Federal, para elaboração de Estudo Técnico Preliminar (ETP), conforme dispõe a Instrução Normativa nº 402020.

Ainda foi adotado o procedimento de monitoramento junto aos setores requisitantes para a confecção correta dos documentos em alinhamento com o PSL-PJMA e a realização de capacitação em contratações e aquisições sustentáveis para todos os gestores de contrato da Instituição.

APOIO AO SERVIÇO ADMINISTRATIVO



APOIO AO SERVIÇO ADMINISTRATIVO

GASTO COM SERVIÇOS GRÁFICOS

INDICADOR E META DO PLS



INDICADOR

Índice de gasto com serviços gráficos



META

Redução de 30% dos gastos com serviços gráficos em relação a 2021 até 2026



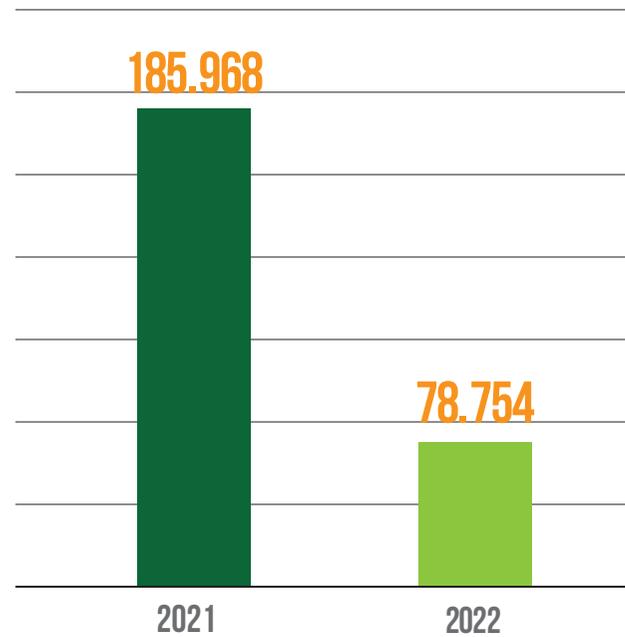
UNIDADE GESTORA

Coordenadoria de Material e Patrimônio

	2021	2022	2023	2024	2025	2026
METAS	-	10%	15%	20%	25%	30%
RESULTADO ALCANÇADO	SEM SÉRIE HISTÓRICA	57,6%				
FÓRMULA	(Gastos com serviços gráficos no ano atual - Gastos com serviços gráficos no ano anterior)/Gastos com serviços gráficos no ano anterior)*100					

APOIO AO SERVIÇO ADMINISTRATIVO

GASTO COM SERVIÇOS GRÁFICOS



ANÁLISE DE DESEMPENHO

A meta para 2022 foi superada, tendo atingido 57,6% de economia nos gastos com serviços gráficos.

Este êxito se deu em especial pela edição da Resolução-GP nº 642022, que determinou redução de custos com material gráfico e estabeleceu fluxo de solicitação e autorização do serviço.

Dentre as medidas previstas no normativo, incluem-se: a limitação do número de solicitações de uso desses serviços pelos setores; a divulgação de eventos institucionais, preferencialmente, por meios digitais/eletrônicos, com vedação ao fornecimento de impressos e, por fim,

a obrigatoriedade de “QR Code” para acesso a materiais informativos de campanhas institucionais.

Outrossim, a Coordenadoria de Material e Patrimônio buscou otimizar o processo licitatório em curso para a aquisição de materiais gráficos, visando adquirir apenas o indispensável à garantia da qualidade do serviço prestado.



EQUIDADE E DIVERSIDADE



EQUIDADE E DIVERSIDADE

AÇÕES SOLIDÁRIAS

INDICADOR E META DO PLS



INDICADOR

Participação relativa em ações solidárias



META

Aumentar para 12% as participações em ações solidárias até 2026



UNIDADE GESTORA

Núcleo de Gestão Socioambiental

	2021	2022	2023	2024	2025	2026
METAS	7%	8%	9%	10%	11%	12%
RESULTADO ALCANÇADO	13%	7%				
FÓRMULA	PRAS = PS / (FTT × AS) × 100					

ANÁLISE DE DESEMPENHO

O Poder Judiciário Maranhense fomenta a responsabilidade social nas suas unidades judiciais e administrativas, especialmente coordenadorias e núcleos que integram o grupo executivo com temática Equidade e Diversidade: Diretoria de Recursos Humanos; Assessoria de Comunicação da Presidência; Comitê de Diversidade; Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (CEMULHER); Corregedoria Geral da Justiça; Núcleo Permanente de Acessibilidade e Inclusão da Pessoa com Deficiência; Coordenadoria

Especial da Infância e Juventude; Coordenadoria de Monitoramento, Acompanhamento, Aperfeiçoamento e Fiscalização do Sistema Carcerário do Maranhão (UMF).

Em 2022, a CGJ impulsionou a realização de ações solidárias de entorno, o que resultou em expressiva adesão de magistrados(as) e servidores(as), com destaque para as unidades: Anajatuba, Bacuri, Buriti Bravo, Cururupu, Mirador, São Raimundo das Mangabeiras, Vitória do Mearim, Diretoria do Fórum de São Luís e das Comarcas de Porto Franco, Santa Inês, São José de Ribamar, Codó,



ANÁLISE DE DESEMPENHO

Balsas; 2ª Vara de Buriticupu; 1ª e 2ª Varas Cíveis de Timon; 1ª, 2ª e 3ª Varas de Itapecuru-Mirim; Vara Especial do Idoso e de Registros Públicos do Termo de São Luís; 2ª Vara da Mulher de São Luís; 3ª Vara da Família de São Luís e Central de Mandatos de São Luís; Divisão de Serviços Gerais, Divisão Médica e Segurança Institucional do Fórum de São Luís.

Dentre as ações realizadas, que focaram no combate à violência contra mulher, diversidade, acessibilidade e inclusão, internos e egressos

do sistema carcerário, infância e juventude, destacam-se doações de móveis e equipamentos eletrônicos para instituições sociais, campanhas de doação de sangue e de itens como alimentos, brinquedos, material escolar e material de higiene, ações de conscientização, como campanhas, rodas de conversas e palestras em escolas e comunidades; e o Projeto Casamento Comunitário da Corregedoria Geral de Justiça, que conta com a participação voluntária de magistrados (as) e servidores(as).

MENSAGEM FINAL

Como apresentado neste **Relatório de Desempenho do PLS – 2022**, o Poder Judiciário do Maranhão tem conquistado resultados positivos, o que demonstra a relevância da implementação do PLS-PJMA-2021-2026 que, ao integrar o planejamento estratégico, possibilita gestão por resultados tendo a sustentabilidade como princípio orientador.

A consolidação de uma cultura de sustentabilidade deixa de ser utopia e passa a ser realidade com a união por um mesmo propósito. Por isso, dedico especiais agradecimentos ao presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, Des. Paulo Sérgio Velten Pereira, ao corregedor-geral da Justiça, Des. José de Ribamar Fróz Sobrinho Pereira; e ao diretor da Esmam, José Jorge Figueiredo dos Anjos, que nas suas gestões têm sido parceiros incondicionais.

Quero agradecer ainda a todos os membros da Comissão Gestora do PLS e aos setores integrantes dos Grupos Executivos, que têm se empenhado na proposição, execução e acompanhamento das metas e ações e na prestação de informações de qualidade para subsidiar a elaboração deste relatório.

Por fim, agradeço a magistradas, magistrados, servidoras, servidores, estagiárias, estagiários, colaboradoras e colaboradores que contribuíram para a racionalização dos recursos e inserção de práticas de sustentabilidade nas suas rotinas profissionais, cientes de que é necessário um trabalho permanente para a melhoria dos resultados de forma gradativa.

Para o exercício de 2023, espero contar novamente com o comprometimento de todas e todos para a continuidade do processo de construção de um modelo de gestão que contribua para a melhoria progressiva do desempenho das metas do PLS e para a redução dos impactos econômicos, ambientais e sociais, com transparência, responsabilidade e compromisso com a sustentabilidade.

Jorge Rachid Mubárack Maluf
Presidente da Comissão Gestora do Plano
de Logística Sustentável (PLS)